

AS SALESIANAS E O ENSINO NORMAL NO NORDESTE PAULISTA: A ESCOLA NORMAL LIVRE NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE RIBEIRÃO PRETO, 1944 a 1970.

Alessandra Cristina Furtado – PPG-USP/FASERT/FACITA

O presente artigo faz uma análise da atuação educacional das Salesianas, na Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP, no período de 1944 a 1970, focalizando o projeto educativo implantado na instituição. Para tanto, recorre-se aos referenciais da História Cultural que foram adotados pela História da Educação. Examina-se uma documentação interna constituída pelo programa escolar, regimento interno, relatórios de inspeção federal, entre outras.

Nos últimos anos, a influência da Nova História Cultural é nítida no Brasil, as inovações decorrentes dessa área do conhecimento estenderam o campo de estudo dos historiadores para novos horizontes e, assim, os acontecimentos presentes na vida cotidiana e as personalidades esquecidas nas análises históricas passaram a ser estudados. Neste quadro de transformações, a historiografia educacional brasileira foi reconfigurada, novos problemas, objetos, temas e procedimentos de análise passaram a interessar à pesquisa em História da Educação. Para Carvalho, as mudanças possibilitaram aos historiadores:

penetrar a caixa preta escolar, apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise - como gênero -, e recortar temas - como profissão docente, formação de professores, currículo e práticas de leitura e escrita -, são alguns dos novos interesses que determinam tal reconfiguração¹.

Os novos temas e objetos de estudo permitiram aos historiadores da educação estenderem seus horizontes investigativos e assim, pesquisas em torno da escola, das práticas que a constituem e de seus agentes ganharam uma nova visibilidade. Nesta perspectiva, emerge um novo modo de olhar e interrogar a documentação dos arquivos escolares e o interesse dos historiadores se direcionam para o que Vinão Frago² e Dominique Juliá³ denominam como cultura escolar.

O presente texto adota para análise do projeto educativo implantado pelas salesianas na Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto, o conceito de cultura escolar tal como concebe Dominique Juliá:

um conjunto de normas que definem os saberes a ensinar e as condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, saberes e práticas estão ordenadas de acordo com as finalidades que podem variar segundo as épocas, as finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização. Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional, os agentes que são obrigados a obedecer essas normas e, portanto, a pôr em obra os dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar a sua aplicação, a saber, os professores⁴.

Neste sentido, o projeto educativo da Escola Normal Salesiana de Ribeirão Preto, é examinado como um elemento constitutivo da cultura desta instituição. Dessa maneira, cabe analisar a documentação referente à organização didático-pedagógica buscando entender a partir do projeto educativo o tipo de ensino que era valorizado, o que se ensinava, a que clientela se direcionava e quem eram os professores. O intuito desse texto é tecer algumas considerações que possam esclarecer aspectos significativos das práticas escolares desse estabelecimento.

O artigo foi organizado em dois momentos, procurei, inicialmente, discorrer sobre a inserção das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil, com a finalidade de abordar a implantação da obra dessa congregação em Ribeirão Preto e tratar da instalação da Escola Normal Salesiana na cidade. Para num segundo momento, focalizar o projeto educativo implantado pelas religiosas na Escola e discutir aspectos do ensino ministrado às normalistas.

A Igreja Católica, desde o período colonial, marcou sua presença na educação escolar brasileira, inicialmente com a atuação dos jesuítas e a partir do século XIX, com a vinda de Ordens e Congregações religiosas estrangeiras, que se instalaram no Brasil, com a finalidade de auxiliar no processo de romanização do catolicismo vigente. Os institutos religiosos masculinos e femininos, como a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora tiveram um papel importante nesse contexto de reforma. Tais razões determinaram a vinda das salesianas e os contornos da ação inicial a serem desenvolvidas em terras brasileiras.

Segundo Azzi, "a missão das Filhas de Maria Auxiliadora na América Latina deveria ser, não apenas o de cuidar da juventude pobre e abandonada, mas também a abertura de colégios para a formação da classe dirigente, contrapondo o ensino religioso ao leigo"⁵.

O Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora foi fundado em 1872, pelo padre João Bosco e pela madre Maria Mazzeolo, em Mornese, no norte da Itália. Nas comunidades, onde as Filhas de Maria Auxiliadora eram requisitadas para desenvolver a sua obra educativa, as religiosas trabalhavam como educadoras, catequistas e missionárias.

No Brasil, as salesianas chegaram em 1892 e se estabeleceram na região do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. Essa congregação procurou instalar sua obra educativa e religiosa longe dos grandes centros, pois acreditavam que no interior, "a tradição religiosa se mantinha mais forte" do que nas cidades mais importantes ou capitais de estados, "onde o espírito liberal era mais forte"⁶. Nas primeiras décadas do século XX, as salesianas já atuavam em vários estados brasileiros. No estado de São Paulo possuíam obras tanto na capital quanto no interior, atuando em cidades como Lorena e Guaratinguetá, situadas na região sul, Campinas e Araras, localizadas na região sudeste, Batatais e Ribeirão Preto, situadas na região nordeste e Lins, localizada na região oeste do estado.

No município de Ribeirão Preto, as salesianas chegaram apenas em 1905, motivadas sobretudo, pelo desenvolvimento da economia cafeeira e pela presença de imigrantes italianos na região. Até o início da década de 1870, esse município era um pequeno povoado, que contava com uma população também formada por escravos. Em seus primórdios, a economia local voltava-se para a agricultura de subsistência e a criação de gado. Com a decadência das áreas produtoras de açúcar do Nordeste brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX, o café tornou-se o principal produto econômico do país. Em 1870, com a descoberta da "terra roxa" na região de Ribeirão Preto, um solo propício para a cultura do café, "a conjuntura econômica dos primeiros anos se modificou, e os povoadores tiveram duas opções: organizar fazendas produtoras de café, ou vender as suas terras para outros agricultores que possuíam capitais necessários para o plantio"⁷. Os fazendeiros tiveram que recorrer à mão-de-obra assalariada de imigrantes sobretudo

italianos, diante do número reduzido de escravos e as várias restrições na utilização deste tipo de trabalho.

A vinda de imigrantes para Ribeirão Preto favoreceu o desenvolvimento da lavoura cafeeira e o crescimento populacional da cidade. Em pouco tempo, este produto tomava conta das terras e por volta de 1890, a região tornou-se grande produtora de café, ingressando na economia capitalista, transformando o estado de São Paulo no maior centro exportador mundial do produto e a cidade de Ribeirão Preto passou a ser conhecida mundialmente como a Capital do Café. A expansão cafeeira foi possibilitada ainda pela vinda de agricultores de outras regiões do Brasil com grande capacidade empresarial e pela instalação da rede ferroviária da Companhia Mojiana em 1883.

A lavoura cafeeira, além de favorecer o desenvolvimento econômico e urbano, possibilitou ainda a participação ativa dos cafeicultores na vida política do estado e do país, pois esses passaram a escolher representantes para o poder que beneficiavam seus interesses. Nas primeiras décadas republicanas, sentia-se a presença desses agricultores em todos os setores do ambiente urbano, que decidiam a construção de escolas, de hospitais, entre outras.

Contudo, pode se dizer que o desenvolvimento da lavoura cafeeira motivou a implantação da obra salesiana em Ribeirão Preto. E que essa instalação ainda foi possibilitada pelo fato do município, estar situado no interior do estado e constituir-se em área de interesse das salesianas, sobretudo por essas religiosas terem o propósito de se estabelecerem longe dos grandes centros; além disto, a presença de imigrantes italianos desencadeada pela agricultura cafeeira propiciava a vinda dessa Congregação para o município. Segundo Azzi⁸, uma das principais metas no novo continente dos Salesianos e das Filhas de Maria Auxiliadora, para o papa Pio IX, era dar assistência aos filhos de imigrantes italianos, que para lá haviam afluído em grande número.

Em 1905, as primeiras religiosas se estabeleceram no município e iniciaram suas atividades na área da saúde junto à Santa Casa de Misericórdia onde, além das atividades hospitalares, desenvolveram também um trabalho comunitário, em um Oratório Festivo

instalado nas imediações do hospital. Porém, a atuação educacional desta congregação apenas foi iniciada treze anos após a vinda destas religiosas, com a instalação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em 1918.

A Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora, anexa as imediações do Colégio, foi instalada na cidade de Ribeirão Preto em 1944, depois de várias tentativas da direção do estabelecimento e do poder público local, favorecida pelo decreto-lei nº 14.002 de 25/05 de 1944, que instituiu a Reforma no Ensino Normal Paulista, prevendo entre seus artigos a instalação de novas escolas normais e a ampliação da formação dos professores primários⁹. Após a autorização de funcionamento da escola normal iniciaram-se as atividades de organização do novo curso, que se basearam nos artigos da reforma do Ensino Normal pois, no início da década de 1940, ainda não havia nenhuma organização que fundamentasse essa modalidade de ensino em diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal.

Ao cumprir devidamente os dispositivos legais previstos pela legislação educacional em vigência, a Escola Normal estabeleceu o seu curso com a duração de três anos sendo que, em um primeiro momento, as normalistas cursariam o Pré-Normal de duração de um ano, conforme vigorava no decreto-lei nº 14.002 de 25/05 de 1944, e nos dois anos seguintes, o 1º e 2º anos do Curso Normal. O currículo foi constituído por disciplinas que se distribuíam de acordo com as séries. No pré-normal, as alunas receberiam uma preparação de caráter propedêutico, cursando as disciplinas de Português, História da Civilização Brasileira, Matemática e Noções de Estatística, Ciências Físicas e Naturais, Anatomia e Fisiologia Humana e Noções de Higiene, Música e Canto Orfeônico, Desenho, Trabalhos Manuais e Educação Física. Por outro lado, nos dois anos seguintes do curso normal, as alunas deveriam cursar as disciplinas de Psicologia, Pedagogia, Prática de Ensino, História da Educação, Sociologia, Biologia Educacional, Desenho, Trabalhos Manuais e Música¹⁰, disciplinas essas mais direcionadas para a formação profissional das normalistas.

As atividades escolares se iniciaram com 34 alunas matriculadas e atendendo em regime de internato e externato. Com uma proposta pedagógica fundamentada no Sistema Preventivo de Dom Bosco que constituía a base das instituições de ensino salesianas. O

Sistema Preventivo foi elaborado na Itália por Dom Bosco, no século XIX. Os princípios dessa pedagogia salesiana revelam que esse agir educativo é norteado por três eixos principais:

- *a razão (racionalidade)* - é o primeiro elemento do segredo educativo de Dom Bosco. Se o educador usa da Razão no trato com os educandos provoca neles uma resposta amadurecida, racional, crítica.
- *a religião (caridade transformadora)* - norteia a Razão e a “*Amorovelezza*”. No Sistema Preventivo de Dom Bosco não se trata de religião no sentido de práticas religiosas ou práticas de piedade e sim de religião que leva o jovem ao exato cumprimento de seus deveres, como cidadão e como cristão.
- *amorevolezza* (amor que se tem e que se manifesta) – é o amor do educador para com o educando. Dom Bosco usa literalmente *amorevolezza*, que é o amor que se externa em palavras, ações e até mesmo na expressão dos olhos e do rosto¹¹.

Para Dom Bosco, esses três elementos fundamentam a educação da juventude, visando à “formação de bons cristãos e cidadãos úteis para a Pátria”. Ao ancorar sua proposta pedagógica no Sistema Preventivo de Dom Bosco, a Escola Normal “visava proporcionar às alunas uma formação integral e levá-las ao conhecimento de seus deveres para com Deus, com a Igreja e com a Pátria”¹². A instituição entendeu que seu papel junto à juventude feminina não era somente instruir, mas também educar, formar às normalistas integralmente. Dessa maneira, o currículo do curso normal não era formado apenas por disciplinas de caráter propedêutico e profissionalizante, era composto também, por meio de cursos extra-classe, que tinham o propósito de preparar o caráter moral, cívico e religioso das alunas.

As moças que estudavam na Escola Normal do Auxiliadora, geralmente eram alunas do próprio Colégio, poucas eram aquelas que vinham de outros estabelecimentos escolares da cidade de Ribeirão Preto e de outros municípios. Uma parte dessas normalistas residiam no próprio município, algumas vinham de cidades da região e uma pequena parcela procedia de outros estados brasileiros. As alunas eram filhas de médicos e outros profissionais liberais, de funcionários públicos e sobretudo, de comerciantes. Algumas não pertenciam às camadas médias da população, eram filhas, por exemplo, de pequenos

agricultores da região de Ribeirão Preto, que estudavam na instituição gratuitamente num segmento que ficou conhecido como escola doméstica.

Nesse espaço escolar, o ensino era ministrado, na maioria das vezes, pelas próprias religiosas, havia poucos mestres leigos, sobretudo os do sexo masculino. O Regimento Interno da escola indica que as normas nessa instituição eram rígidas tanto para as normalistas quanto para os professores, e mais rígidas ainda para os mestres leigos. No internato, as regras educacionais eram mais rigorosas do que as do externato. As alunas matriculadas sob o regime de internato residiam no estabelecimento, e de lá saíam apenas, aos domingos, para irem à missa junto com as freiras, a passeios programados pela instituição ou nas férias escolares. Recebiam visitas somente de familiares, aos domingos e dias santos. Outras pessoas conhecidas podiam visitar somente mediante autorização escrita, com os horários delimitados entre 13 e 16 horas. Dizia o Regulamento que as alunas internas vindas de outras regiões deveriam ter, na cidade, um correspondente responsável a quem a Direção pudesse recorrer em casos emergenciais de doenças ou de outros imprevistos. O Regimento Interno não permitia, em hipótese alguma, transferência das alunas do internato para o externato, durante o ano letivo, em razão de “imperiosos motivos de disciplina”. Os contatos entre as alunas internas e as externas eram bastante vigiados e se davam unicamente durante o período das aulas comuns. As alunas matriculadas sob o regime de externato deveriam participar com antecedência por escrito em caso de: mudança de residência, interrupção do curso escolar e por ausência em aula. Em alguns casos, entretanto, prevaleciam os mesmos deveres tanto para as alunas do internato quanto para os do externato, como: o uso de uniforme, o procedimento dentro e fora do estabelecimento de acordo com as regras de urbanidade, a participação em todas as comemorações cívicas e próprias do estabelecimento, a proibição do uso de pinturas e de enfeites exagerados.

Para os docentes, o estabelecimento possibilitava todas as garantias de permanência, desde que estes dessem provas cabais de sua idoneidade moral, intelectual e pedagógica; cumprissem os regulamentos do regimento interno e não tivessem

desinteligência grave com a diretoria. Os professores leigos, contratados pela Escola deveriam estar no estabelecimento pelo menos cinco minutos antes da hora marcada para o início da sua aula, assinando o livro “ponto”; não se retirar da aula antes do sinal dado, salvo com pleno conhecimento da diretoria; comunicar à diretoria, quando não puder comparecer à aula; cumprir as exigências legais e regulamentares no tocante à disciplina, sabatinas mensais, arguições e os trabalhos escolares; comparecer no dia e hora marcada para as comemorações civis, reuniões, como também a qualquer solenidade promovida pela diretoria e relacionadas com a vida da escola; não facilitar nem permitir a entrada das alunas na sala dos professores; não mandar as alunas fora da classe, havendo necessidade de excluir alguma aluna da sala de aula, se entenderá com a conselheira escolar, que providenciará como o caso exigir.

Nos limites deste artigo, foi possível salientar que o projeto educativo implantado pelas salesianas na Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto, ao fundamentar o ensino no Sistema Preventivo de Dom Bosco e priorizar uma formação propedêutica e profissional de suas alunas, procurava formar as normalistas integralmente, instruindo-as nos saberes escolares e educando-as nos princípios morais, cívicos e religiosos. Dessa maneira, as salesianas desenvolveram o seu projeto educativo, em um espaço, onde o cotidiano era controlado por normas e assim, formou várias gerações de professoras nos preceitos de uma cultura escolar salesiana, no nordeste paulista.

NOTAS

¹ CARVALHO, M. M. C. Por uma História Cultural dos Saberes Pedagógicos. In: Sousa, C. P. ; CATANI, D.B. (orgs). **Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente**. São Paulo: Escrituras, 1998, p.32.

² FRAGO, A.V. **Historia de la Educación e Historia Cultural**: posibilidades, problemas, cuestiones. (mimeo)

³ JULIÁ, D. A . A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1, pp.9-43, 2001.

⁴ Idem, p. 9

⁵ AZZI, R. **As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil**: cem anos de História. São Paulo: Salesiana, 1999, p.16

⁶ _____. **As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil**. In: AZZI, R. ; BEOZZO , O. (orgs). **Os Religiosos no Brasil - enfoques históricos**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986, p.57.

⁷ GAETA, M. A. J. V. **A Flor do Café e o Caldo da Cana**. Igarapava: Vitória, 1997, p.32.

⁸ AZZI, R. **As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil**: cem anos de História. São Paulo: Salesiana, 1999.

⁹ CAMPOS, M. C. S. de. **Passado e Presente da Formação dos Professores no Brasil**: uma análise das relações entre formação dos Professores e Processo de Modernização da Sociedade. 1985. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

¹⁰ **Relatório de Inspeção Federal na Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP, 1944-1946**.

¹¹ FONSECA, J. M. **O Sistema Preventivo de Dom Bosco**. 3. ed. Belo Horizonte: CESAP, 1999, p.62.

¹² **Regimento Interno, 1944-1970**, p.1